



2018

ISSN: 2359-6597

TEORIA HÍBRIDA DA MEMÓRIA

Bruna Natália Richter*

Resumo: A memória episódica é um tipo de memória que pressupõem consciência autoonética, isso quer dizer que a pessoa que está rememorando deve estar ciente de estar recuperando um evento que já foi experienciado por ela previamente. Existem duas teorias principais que pretendem descobrir quais mecanismos e como se dá o funcionamento da memória episódica. De um lado a teoria causalista que defende a memória enquanto preservacionista dos seus conteúdos, e do outro lado, temos a teoria simulacionista que defende uma memória generativista. Para decidir qual das teorias melhor explica a memória episódica serão postas as críticas embasadas nas recentes pesquisas sobre a memória feitas por Sarah Robins, para assim mostrar a importância de uma abordagem híbrida da memória.

Palavras-chave: Memória episódica. Causalismo. Simulacionismo.

Introdução

O modo mais geral de se falar da memória é que ela possui uma relação com o passado. A memória traz as informações do passado para um propósito presente (WERNING AND CHENG, 2012, p. 7). Existem diversos tipos de taxonomias que envolvem variados tipos de memória, porém o tipo de memória que analisaremos será a memória episódica que faz parte assim como a memória semântica do grupo das memórias declarativas - que são aquelas que nos permitem expressar em termos de linguagem a rememoração de um eventos ou fato.

No que diz respeito a memória episódica, existem duas teorias principais que a pretendem explicar. A abordagem causalista que pretende uma fundamentação metafísica para a memória, enquanto estando relacionada causalmente com o evento experienciado no passado. Assim a memória preserva as características principais enquanto representações dos

* Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Filosofia da UFSM. E-mail: brunataliarichter@gmail.com

eventos que ocorreram no passado. Essa abordagem é defendida por Martin e Deutscher (1966), Debus (2017), Bernecker (2010) e Michaelian (2011).

A segunda abordagem é a abordagem simulacionista ou construtivista que visa uma fundamentação epistemológica da memória. Essa abordagem afirma que a memória é puramente generativista, pois ao recuperarmos uma memória estamos a reconstruindo e não apenas recuperando. Deste modo, para garantir o estatuto de memória a nossa rememoração, essa abordagem afirma que é preciso uma construção das representações com acurácia durante o processo de recuperação dos eventos experienciados.

Recentes pesquisas e análises sobre ambas as teorias realizadas por Sarah Robins nos revelam que ambas as teorias sozinhas não conseguem dar conta de explicar a memória, principalmente o que toca a tipos de mecanismos envolvidos - principalmente a questão do traço de memória, assim como de dar conta da explicação dos fenômenos das memórias falsas - que resumidamente seriam as memórias construídas por nós mas que jamais foram experienciadas.

1 Memória episódica

No que diz respeito a taxonomia da memória, podemos dividi-la em declarativa e não-declarativa. As memórias declarativas são aquelas que podemos articular em uma linguagem e às do segundo tipo não podemos articular na linguagem. As memórias não declarativas têm como exemplo a habilidade motora (por exemplo, andar de bicicleta), pois não conseguimos explicar os processos envolvidos na atividade motora e mental que ocorrem para conseguirmos realizar uma determinada ação novamente. A memória episódica pertence à categoria de memória declarativa, assim como a memória semântica. Endel Tulving (1972) definiu a memória semântica como o conhecimentos do si mesmo e do mundo enquanto a episódica seria o conhecimentos dos eventos experienciados por alguém, porém esse tipo de diferenciação é difícil de ser traçado (WERNING E CHENG, 2017, 11).

Uma segunda forma de diferenciação traçada também por Tulving procurou analisar o conteúdo de cada um dos dois tipos de memória declarativa. Em que a memória episódica retinha enquanto informação sobre o quê, quando e onde relacionados ao evento lembrado. De acordo com Werning e Cheng em alguns casos esse critério se torna muito rígido até mesmo ao que concerne a memória episódica, dado que em alguns casos podemos não ter adquirido de forma adequada essas informações assim como não as possuímos, enquanto pode ser muito liberal em outro sentido, pois essas informações também podem estar

presentes na memória semântica (2017, p. 12). Portanto a diferenciação entre os tipos de memória não se apenas através do conteúdo das memórias.

Como esses dois critérios não foram suficientes, Tulving (1985) sugere um critério que se baseia no tipo de experiência subjetiva que temos durante a recuperação das memórias. Essas experiências seriam a consciência noética e a consciência auto-noética, a primeira nos permitiria estar cientes (aware) dos objetos e dos eventos e das suas relações e é relacionada a memória semântica, enquanto o segundo tipo pertence a memória episódica e permite estar ciente que os eventos que relembramos foram experienciados pessoalmente no passado. A partir disso, Tulving (2002) passou a descrever a consciência auto-noética como sendo “o sabor” experiencial que acompanha o ato de lembrar ou recuperar as representações mentais dos eventos ocorridos no passado, enquanto, a consciência noética é descrita como um “estado consciente” que acompanha nosso pensar sobre o mundo (Tulving, 2002, p. 4). Deste modo, passamos a debater somente qual das duas teorias sobre a memória episódica, a causalista que fundamenta a memória na causalidade enquanto a simulacionista afirma que a memória é epistemicamente fundada

1.1 Teoria causal de memória

Sarah Robins e Kourken Michaelian (2018) elencam três características constituintes de um ato de rememoração para Charles Burton Martin e Max Deutscher (1966), a) estiver representando o evento mentalmente, b) ela experienciou o evento enquanto estava acontecendo, e c) existe uma conexão causal entre a representação do evento e a experiência dela sobre isso. Eles afirmam então que a memória se torna uma capacidade diacrônica que requer uma conexão causal sustentada por um traço de memória (ROBINS; MICHAELIAN, 2018, p.4). Robins (2017, p.76) afirma que traços de memória são os modos pelos quais a preservação da memória ocorre, pois são eles que providenciam a conexão da memória com o passado. Esses traços seriam representações mentais dos estados que refletem os eventos e sentimentos que foram experimentados anteriormente. Dado o fato que a memória episódica envolve diferentes tipos de detalhes, como imagens, perspectivas e emoções, muitos causalistas afirmam que os traços de memória apresentam características únicas¹.

Dorothea Debus (2017) aponta que a importância do traço de memória está na rememoração, pois para relembrar algo seria necessário que a informação armazenada do

¹ Para Martin e Deutscher os traços de memória não são caracterizados por nenhum tipo de fenomenologia ou imagem, mas somente as informações retidas nos traços episódicos.

evento passado tenha deixado alguma forma de traço, e, que esse traço seja relevante causalmente para os estados mentais de memória (DEBUS, 2017, p. 68). Assim, o traço de memória conectaria causalmente os estados mentais originados de eventos passados com as informações adquiridas desses eventos. Além do traço de memória, segundo ela, pra algo ser considerado como uma memória, é necessário, a) que a informação advinda dos estados mentais deve ser acuradas, b) que essa mesma informação tenha sido adquirida no passado pela própria pessoa que está realizando o ato rememorativo, e c) que o evento passado tenha gerado um estado mental na pessoa que experienciou.

Entretanto, Sarah Robins (2016a, p. 2995) apresenta duas questões para as abordagens causais que se utilizam dos traços de memória. Essas questões fazem referência a problemática de “como os traços de memória representam o passado?”, as duas questões provenientes desta são: a) “como os traços de memória, enquanto representações mentais, possuem suas propriedades semânticas?”; e, b) “o quê faz os traços de memória, enquanto representações mentais de memórias, distintos das demais representações mentais?”. A primeira questão procura compreender a determinação do conteúdo presente nos estados de memória enquanto a segunda o que os traços de memória possuem que os distinguem das demais representações mentais que possuímos.

A partir dessas duas questões, Robins analisa a abordagem causalista de Martin e Deutscher (1966) afirmando que ela entra em conflito com o modo como a organização da memória ocorre enquanto traços dos eventos que são armazenados através de uma rede compartilhada das características dos eventos. Ela também analisa as abordagens de Bernecker (2010) e Michaelian² (2011). (Que em trabalhos posteriores endossara a abordagem simulacionista) na qual ambos se utilizam de uma abordagem dos traços de memória e nenhum deles elabora em detalhe alguma explicação sobre a natureza desses traços. Bernecker afirma que as informações são armazenadas através das conexões dos neurônios, assim os traços de memória possuem um padrão distribuído em uma rede neural. Michaelian aponta que existem fortes evidências que a memória se utiliza de traços distribuídos ou superposicionados.

Ambas as abordagens de traços distribuídos, segundo Robins (2016a, p. 3004) são embasados na teoria de Sutton (1998) em que as memórias são armazenadas de modo superposicional e misturadas e reconstruídas e não apenas reproduzidas. Deste modo a relembração é caracterizada como sendo um ato reconstutivo das memórias e não reprodutivo ou de recuperação delas, pois cada memória será construída a partir do momento de rememoração. Durante a construção será ativado um padrão na rede que juntaram as

características associadas ao determinado evento a ser rememorado provocando uma representação desse mesmo evento. Esse processo ocorre juntando as características disponíveis a partir do estado dessa rede no tempo em que relembramos algo.

Essa abordagem dos traços distribuídos através de um padrão superposicional rejeita a abordagem da organização da memória da teoria causalista está fundada. Segundo Robins (2016a, p. 3011), “Se a memória não acompanha as experiências do passado particulares, então não há uma influência causal única de tais experiências que a análise demanda.”² A falha dessas teorias foi em não separar corretamente a problemática das questões sobre os traços de memória e a determinação do seu conteúdo. Deste modo, essa ruptura entre a teoria causal e a dos traços de memória distribuídos se deu pela falta de uma explicação e distinção entre os diversos tipos de estados representacionais e os traços de memória.

1.2 Teoria simulacionista de memória

Posteriormente, Kourken Michaelian (2016) passou a defender uma posição simulacionista acerca da memória. Ele afirma que a teoria causal da memória deve passar por mudanças significativas para que possa explicar a capacidade da memória de modificar as informações sobre os conteúdos das representações que são produzidos durante a recordação, especialmente aqueles desviantes das suas experiências correspondentes. O abandono da teoria causal, segundo ele, seria o melhor a se fazer, pois tal posição deve ser tomada para assegurar o simulacionismo. Michaelian aponta que o que sobra desse abandono é a ideia de que o ato de lembrar atua como uma simulação ou até mesmo imaginação dos eventos ocorridos no passado. A teoria simulacionista comporta melhor em seu sistema processos como o de imaginar situações contrafactuais e também o futuro (MICHAELIAN, 2016, p. 99). A teoria simulacionista se adequa a pesquisas neuropsicológicas.

Nessa proposta, como, fenomenologicamente, lembrar não é diferente de imaginar o passado, e não há critério causal para diferenciar imaginação de memória, então uma das características mais importantes para essa teoria é desenvolver o princípio da confiabilidade do sistema cognitivo da memória episódica, pois dizer que a imaginação está envolvida no processo de rememoração não quer dizer que não devemos ter confiança na memória. Para Michaelian os processos básicos da memória como apreensão ou codificação, armazenamento

² If memory does not keep track of particular past experiences, then there is no way to track the unique causal influence of such experiences as the analysis demands. (ROBINS, 2016a, p. 3011)

e recuperação envolvem também “abstração, interpretação, integração e reconstrução” (Michaelian, 2016, p. 103) e em cada um desses caso podem ocorrer alterações nas informações que serão lembradas. Os erros de memória como confabulação e perda de informações apresentam alguns obstáculos para as teorias da memória.

Para Robins (2016b) a teoria simulacionista afirma que a memória possui a capacidade de construir representações plausíveis sobre os eventos passados através de uma rede distribuída de informação, assim essa teoria é derivada a partir da quantidade de erros de memória que descobrimos a partir da psicologia cognitiva. Ela pretende através do paradigma de Deese–Roediger–McDermott (DRM) - técnica que elucida as memória falsas que criamos, e da Técnica Optogenética de Falsas Memórias (O-FaMe)(Optogenetic False Memory Technique)- técnica que cria analisa memórias falsas em ratos, a partir dessas técnica ela pretende mostrar que os erros de memória que são relacionados a perda de informações não estão relacionados somente a mau funcionamento do sistema cognitivo de memória.

A Técnica O-FaMe provou que os erros de memória não são exclusivos ao sistema de memória humanos a partir da criação de falsas memória em ratos, esses erros de memória colocam pressão nas abordagens que devem o preservacionismo das memórias. A dificuldade dessas abordagens viria “da frequência e dos tipos de erros que são feitos. Os construtivistas acreditam que os erros de memória ocorrem com tanta regularidade que qualquer tentativa de explicá-los como falhas ocasionais em um processo de preservação falhará.”³ (ROBINS, 2016b, p. 1565). Deste modo, Robins (2016b) acredita que os estudos da O-FaMe deve ser incorporados deve ser incorporados em uma teoria sobre a memória para que consiga explicar melhor como os erros de memória ocorrem. Esses estudos mostram também que as memórias falsas têm relação com os engramas (traços de memória) e as informações enganosas, essas relações se tornam críticas duras a teoria construtivista (simulacionista) da memória (2016b, p. 1581). Segundo Robins, os engramas são mecanismos neurobiológicos que codificam as informações sobre as experiências que alguém passa, mostrando assim que a memória tem uma base biológica. Na teoria híbrida de Robins o engrama cumpriria o papel dos traços de memória.

Conclusão

Tulving lançou a base do que consistiria a característica mais importante sobre a

³ “from the frequency and kinds of errors that are made. Constructivists believe that memory errors occur so regularly that any attempt to explain them away as occasional glitches in a preservative process will fail.” (ROBINS, 2016b, 1565)

memória que seria a consciência do que estamos recuperando é uma memória que foi experienciada previamente. Assim, as teorias causalista e simulacionista tentaram apresentar uma abordagem que demonstra como se dá o processo da memória, no que está fundamentada e que elementos estão envolvidos.

A teoria causalista busca embasar a fundamentação da memória na causalidade envolvida entre o ato de rememoração, traços de memória e o evento que ocorreu no passado. Por ser uma abordagem que visa a produção de traços de memória acionados durante a rememoração essa abordagem consegue explicar melhor os erros de memória, mas falha amplamente em explicar o que tipo de estados representacionais são os traços de memória. Enquanto a teoria causalista falha em conseguir explicar a diferença entre as memórias legítimas e as memórias falsas. A teoria híbrida tem por base a teoria causalista, mas procura utilizar os traços de memória enquanto compreendidos como engramas.

Referências

- BERNECKER, S. **Memory: A philosophical study**. Oxford: Oxford University Press, 2010.
- DEBUS, Dorothea. "Memory Causation." In **The Routledge Handbook of Philosophy of Memory**, edited by Sven Bernecker and Kourken Michaelian, 63–75. London: Routledge, 2017.
- MARTIN, Charles B., and Max DEUTSCHER. . "Remembering." **The Philosophical Review** 75 (2):161–96, 1966.
- MICHAELIAN, Kourken. **Mental Time Travel: Episodic Memory and Our Knowledge of the Personal Past**. Cambridge, MA: The MIT Press, 2016.
- MICHAELIAN, Kourken; ROBINS, Sarah K. "Beyond the Causal Theory? Fifty Years after Martin and Deutscher." In **New Directions in the Philosophy of Memory**, edited by Kourken Michaelian, Dorothea Debus, and Denis Perrin. London: Routledge, 2018.
- ROBINS, Sarah K. 2017. "Memory Traces." In **The Routledge Handbook of Philosophy of Memory**, edited by Sven Bernecker and Kourken Michaelian, 76–87. London: Routledge, 2017.
- ROBINS, Sarah K. "Optogenetics and the Mechanism of False Memory." **Synthese** 193:1561–83, 2016 (b).
- ROBINS, Sarah K. "Representing the Past: Memory Traces and the Causal Theory of Memory." **Philosophical Studies** 173 (11):2993–3013, 2016 (a).
- TULVING, Endel. "Episodic Memory: From Mind to Brain." **Annual Review of Psychology** 53:1–25, 2002.

TULVING, E. Episodic and semantic memory. In E. Tulving and W. Donaldson (Eds.), **Organization of memory** (pp. 381–402). New York: Academic Press, 1972.

TULVING, E. . **Elements of episodic memory**. Oxford: Clarendon Press, 1983.

WERNING, Markus; CHENG, Sen. “Taxonomy and Unity of Memory.” In **The Routledge Handbook of Philosophy of Memory**, edited by Sven Bernecker and Kourken Michaelian, 7–20. London: Routledge, 2017.